

AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS ENCONTRADAS NAS PRODUÇÕES TEXTUAIS DE ESTUDANTES DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

LANGUAGE VARIATIONS FOUND IN TEXTUAL PRODUCTIONS OF 4TH GRADE STUDENTS

Elisabeth Perdoná Pazetto¹

Samira Casagrande²

RESUMO: O objetivo central deste artigo é analisar as variações linguísticas presentes nos textos escolares dos alunos de 4º ano do ensino fundamental. Desse modo foram utilizados autores que reforçassem os estudos sobre essas variações como Marcos Bagno (2005), Stella Maris Bortoni (1995) Possenti (2012), Brasil (2019) e outros. Buscando aprofundar o estudo teórico foi utilizado como instrumento de pesquisa, a análise de treze produções textuais, do gênero autobiografia, de alunos do 4º ano do ensino fundamental de uma escola pública do sul catarinense. Para isso foi estipulado o número mínimo de dez linhas para escrita, a partir de uma biografia do cartunista Maurício de Sousa, cada texto foi construído de maneira individual e sem o auxílio da professora da turma. Foram observados os quatro tipos de variantes da linguagem que se fazem presentes no cotidiano da população: histórica, geográfica, social e situacional. Durante o processo foi possível perceber que existem inúmeras variações da linguagem oral e escrita e que estas não somem com o passar do tempo, apenas se modificam, adequando-se ao âmbito em que o sujeito está inserido.

PALAVRAS CHAVE: Variação linguística. Produção textual. Língua materna.

ABSTRACT: The main objective of this paper is to analyze the linguistic variations present in the school texts of 4th grade students. In this way, authors were used to reinforce studies on these variations like as Marcos Bagno (2005), Stella Maris Bortoni (1995) Possenti (2012), Brazil (2019) and others. Seeking to deepen the theoretical study was used as a research tool, the analysis of thirteen textual productions of the autobiography genre of students of the 4th grade of a public school in southern Santa Catarina. For this, the minimum number of ten lines for writing was stipulated, based on a biography of cartoonist Mauricio de Sousa, each text was constructed individually and without the help of the class teacher. The four types of language variants that are present in the daily life of the population were observed: historical, geographical, social and situational. During the process it was possible to realize that there are

¹ Graduada em Pedagogia – UNESC – elisabeth.pazetto@gmail.com

² Graduada em Pedagogia – Mestre em Educação – UNESC – sca@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº2, maio/agosto 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

numerous variations of oral and written language and that these do not disappear over time, only change, adapting to the context in which the person is inserted.

KEYWORDS: Linguistic variation. Text production. First language.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar quais são os principais tipos variações linguísticas encontradas nos textos escolares. Para nortear a pesquisa foram elencados os seguintes objetivos específicos: estudar sobre variações linguísticas; perceber as influências linguísticas que cercam as produções escritas dos alunos e verificar os tipos de variações linguísticas mais presentes nas produções textuais dos alunos do 4º ano do ensino fundamental.

O interesse pelo tema surgiu durante as aulas de Processos Pedagógicos da Língua Portuguesa dentro das discussões sobre variações linguísticas fortalecendo-se durante o estágio obrigatório nos Anos Iniciais. Neste momento, com olhar mais atento, foi possível perceber diferentes modos de fala dos estudantes. A pesquisa desenvolveu-se no âmbito dos anos iniciais de uma escola pública da rede municipal em uma turma de 4º ano do ensino fundamental de um município da região sul catarinense.

Atualmente as escolas recebem alunos de vários locais do Brasil e do mundo, diante disso há uma grande variação na linguagem utilizada por eles. Nesse contexto as produções textuais desses alunos também podem refletir as diferenças linguísticas, muitas vezes podendo ser desvalorizadas ou até mesmo excluídas pelos docentes no processo de ensino.

O artigo, em sua primeira seção, apresenta ao leitor o processo de construção da língua portuguesa desde a colonização do Brasil pelos Portugueses, em 1500, até estabelecer-se da maneira como é conhecida atualmente, perpassando por questões históricas relacionadas ao desenvolvimento cultural brasileiro. A segunda seção discute sobre o conceito de língua materna apresentando os tipos de variações linguísticas segundo Cavalcante (2019), quais sejam: históricas, geográficas, sociais e situacionais. Já a terceira seção aborda a escrita de texto e seu processo em sala de aula. As temáticas abordadas na fundamentação teórica

serviram como base para a análise de dados, que se deu através de treze produções textuais de alunos do 4º ano do ensino fundamental de uma escola pública.

A partir dessa pesquisa pretende-se proporcionar aos (as) professores (as) uma reflexão sobre as variações linguísticas e fomentar um debate sobre o uso dessas em textos escolares.

2 LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA

Falar sobre a história da língua portuguesa no Brasil é relacionar com a intenção de instruir o “Novo Mundo”. Os primeiros anos da colonização linguística se deram por meio de uma mistura dos idiomas locais com o português de Portugal. O processo de oficialização da língua oral através de seus registros escritos foi fundamental para a homogeneidade linguística e a sua transformação como a conhecemos hoje (MARIANI, 2004). Em 1500, Pedro Álvares Cabral chega na costa brasileira, em nome de Dom Manuel, rei de Portugal. Algum tempo depois chegam mais portugueses e assim são distribuídas as capitâncias hereditárias para início da colonização do Brasil pelos portugueses. Dessa forma ocupando o litoral do Brasil e posteriormente abrindo caminho para o interior do país (TYSSIER, 1982).

O objetivo principal dos portugueses era a exploração da nova colônia. Nessa época segundo Tyssier (1982, p.62) “o português europeu, o índio e o negro constituem [...] as três bases da população brasileira.” Contudo os portugueses, culturalmente falando, “foram de longe os mais importantes.” (TYSSIER, 1982, p. 62).

Desde o início os colonizadores e os nativos viveram lado a lado aprendendo sua cultura, seus costumes e sua língua. Tanto a língua adotada pelos colonizadores (português de Portugal) quanto a dos nativos (língua tupi) se evidenciavam nas formas de comunicação. Com o passar dos anos essas formas mesclaram-se devido ao convívio e à escolarização dos nativos e dos brancos, agora já nascidos no Brasil (TYSSIER, 1982).

Portanto, esse movimento de troca cultural fez com que a língua usada na colônia se tornasse uma mistura de influência europeia com a influência indígena brasileira, chamada pelos historiadores de língua geral. Neste contexto, Tyssier (1986, p. 62) diz que:

Os ‘colonos’ de origem portuguesa falam o português europeu, mas evidentemente com traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo. As populações de origem indígena, africana ou mestiça aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita. Ao lado do português existe a *língua geral*, que é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum.

A língua geral, segundo Tyssier (1982), era a forma de comunicação dos nativos, usadas também pelos jesuítas que faziam uso dessa comunicação para poder manter um diálogo com esses habitantes. Os jesuítas expandiram sua liderança utilizando-se do bom manejo que tinham no uso da língua indígena.

O português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente. (MARIANI, 2004, p. 22)

Além do projeto de ampliação da liderança, segundo Mariani (2004) os Jesuítas tinham a intenção de expandir o catolicismo e dessa forma promulgar a relação da língua utilizada pelos colonizadores com Portugal. Para isso a religião, os governantes e a justiça são pontos chaves para que exista uma sociedade, além de “uma única língua nacional gramatizada e escrita” (MARIANI, 2004, p. 26). Em função de a língua utilizada no Brasil não ser estruturada de acordo com as normas exigidas, ela e seus falantes não eram considerados civilizados (MARIANI, 2004).

Esse processo de gramaticalização do brasileiro deu-se através de produções de dicionários que continham palavras e regras para serem utilizadas cotidianamente. Dessa forma a linguagem padronizada facilitaria a comunicação dos nativos com os colonizadores (MARIANI, 2004). ESTRUTURAR PARAGRAFO ABAIXO

O processo de “colonização linguística” (MARIANI, 2004, p. 25) promovida por Portugal foi idealizado a partir do que os colonizadores perceberam estar em falta na língua local, ou seja, incutindo seu modo de falar aos nativos e intensificando a dominação (MARIANI, 2004).

Com a administração de Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho Melo) houve a expulsão dos Jesuítas do Brasil e, após isso, houve uma reforma geral na educação

retornando ao método antigo de ensino, com palavras mais simples e de maior facilidade (MAIOR,1976). Foi nesse contexto que segundo, Maior (1976, p. 169), “surgiram então as escolas elementares e as escolas de gramática latina, grego e retórica sob a orientação geral de um Diretor de Estudos”. Também ocorreram mudanças no que diz respeito à identificação da língua utilizada no Brasil. Segundo Mariani (2004, p. 33):

Na colônia, no entanto, não se produziu exatamente a naturalização do que havia na metrópole, embora a colonização lingüística, estivesse voltada exatamente para tal reprodução. Operou-se uma disjunção histórica na própria palavra *português* e, paralelamente, constituindo-se uma nação com outro lugar enunciativo e com um outro nome: *brasileiro*.

A oficialização da língua na colônia exigiu um ato político-jurídico impondo um novo modo de fala, escrita e ensino. Desse modo sobrepõe a língua local, descartando-a e quando utilizada pelos locais é corrigida pelos governantes. A coroa busca assim uma igualdade entre todos que no Brasil habitam (MARIANI, 2004).

3 A LÍNGUA MATERNA

A língua está relacionada com a necessidade de expressar os pensamentos por meio da oralidade, ela se faz importante para a comunicação e está em constante mudança. Ou seja, a sociedade se modifica e a língua utilizada acompanha esse processo. Entretanto, há regras que constituem essa linguagem, que podem ser variáveis (COELHO; GÖRSKI, 2009).

Em função disso, as escolas têm por objetivo aprimorar a língua do estudante, tendo como ponto de partida a não dominação da norma padrão de fala e escrita. Isso significa dizer que a escola parte do princípio de que a língua falada pelo aluno não apresenta um refinamento linguístico gramatical, assim, considerando o aluno como ‘deficiente linguístico’. Desse modo a escola não reflete sobre a língua oral, mas sim, sobre a normatização da Língua Portuguesa, desse modo preparando o educando para o convívio em uma sociedade culta. Isto nos leva a pensar numa segregação da linguagem em norma padrão e não padrão, ficando evidente a classificação imediata do “erro”. Portanto as pessoas que utilizam a norma não

padrão, recebem todo tipo de preconceito da sociedade que utiliza a norma culta de linguagem (BAGNO, 2002). Neste sentido o autor ressalta que,

Essa pedagogia tradicional opera com a antiga noção filosófica de *tábula rasa*, como se o primeiro dia da criança na escola fosse também seu primeiro dia de contato com sua língua materna – despreza-se quase totalmente o conhecimento da lingüística no seio da família e do grupo social em seus primeiros anos de vida, desconsidera-se seu uso intuitivo, eficaz e criativo dos recursos da língua. (BAGNO, 2002, p. 21).

Para Bagno (2002), a língua é algo concreto, assim como as pessoas que se apropriam dela. Nessa circunstância, entende-se a língua como algo construído historicamente e socialmente, bem como por todos aqueles que a utilizam. Como é construída pela sociedade falante é sensível as mudanças que nela ocorrem, ou seja, ela se adequa ao contexto em que é utilizada.

Além disso, Scherre (2005) afirma ainda que a língua materna é o “legado” de determina sociedade. Sendo ela ou não adequada as normas gramaticais, deve ser “respeitada”. Nesse contexto, é importante frisar que a escola deve sim ensinar a norma padrão baseada na gramática tradicional, todavia, deve-se levar em consideração todas as formas de expressões lingüísticas e nenhuma deve ser descartada do processo de ensino-aprendizagem, pois, dessa forma, estimula-se o respeito as diferenças.

Chega a ser perversa a ideia *naturalizada* e generalizada que as pessoas expressam em afirmações como ‘não sei falar a minha língua’ ou ‘a minha língua é difícil e complicada’. [...] qualquer ser humano que vive no seio de uma comunidade adquire a(s) língua (s) particular (s) a que for exposto, sem qualquer ensino formal. (SCHERRE, 2005, p. 89)

A língua materna é uma dominação da gramática, que acontece de forma inconsciente. Através dela é possível haver comunicação e exteriorização daquilo que se pensa e se reflete. Desse modo, é possível dizer que expressar um sentimento de não conseguir usar a própria língua significa que não se sabe as suas normas e não a língua propriamente dita (SCHERRE, 2005).

3.1 Variação linguística

Na sociedade greco-romana, ser cidadão era uma situação social muito restrita. Para isso devia-se observar determinados critérios como ser homem e livre (BAGNO, 2002). Diante disso, todas as pessoas que viviam nas antigas cidades greco-romanas não eram consideradas cidadãos de fato e, para ser considerado cidadão, existiam duas condições:

[...] Primeiro: ser do sexo masculino. Cidadão, assim, na Grécia e na Roma antigas, era um título reservado exclusivamente a homens. Segundo: tinha de ser livre. Numa sociedade baseada no uso de mão-de-obra escrava, não era sequer possível imaginar um escravo com direito a cidadania. (BAGNO, 2002, p. 28).

Em função disso, a língua utilizada era restrita a poucos, desconsiderando as demais por não serem praticadas pela elite ou os ditos “cidadãos da sociedade”. Até mesmo, hoje em dia, na Inglaterra, a língua oficialmente utilizada é a da Rainha. “Ao findar do século XX Evanildo Bechera dizia que devemos levar o aluno a ‘falar melhor com os melhores’. [...] E se é possível falar em ‘melhores’ é porque, [...] nesta visão, existem aqueles que falam ‘pior’.” (BAGNO, 2005, p. 29).

O fato de o Brasil ter uma grande extensão territorial e de ter sido colonizado por várias etnias faz com que ocorra uma grande variação linguística (MAIOR, 1967).

Segundo Bagno (2005) o “mito da língua única” diz respeito a colocação da norma culta como padrão de uso para a sociedade. Dessa forma a língua padrão se torna mito devido ao fato de nem toda a população ter acesso a ela. Isso acarreta dificuldades de manejo social para aqueles que não dominam a norma culta, não conseguindo usufruir de muitos direitos aos quais estão expostos.

Assim, como as sociedades variam, a língua também se modifica. Não existe uma comunidade ou sociedade em que toda a população se expresse da mesma forma. A colocação da linguagem depende da posição social em que o cidadão se estabelece, de modo que a língua também pode variar de acordo com cargo que você ocupa, classe social, nível de escolarização, entre outros. (POSSENTI, 2012). Neste contexto Scherre (2005, p. 42) diz que:

[...] as mudanças lingüísticas ao longo da vida, em direção ou não à norma de prestígio, são predominantemente provocadas pelos grupos sociais com os quais

interagimos, independentemente de ensino formal. Temos necessidade de nos identificarmos com o grupo que nos cerca.

A norma padrão de escrita e o ensino desta buscam basear-se em autores renomados e assim instalar-se na sociedade culta. Entretanto, a maneira de expressão livre e dinâmica é aquela elaborada diariamente e que atravessa gerações de ouvintes e falantes (SCHERRE, 2005).

Segundo Bortoni (1995), existe no âmbito da sala de aula, duas concepções sobre a linguagem utilizada nesse ambiente. A primeira está associada a uma sociedade mais liberal ao seu modo de falar; conseqüentemente os professores também introduzem esse novo modelo em seu processo de ensino, dessa forma tornando-se, mais informal. Leva-se em conta nessa concepção que a escola sempre foi o principal ambiente em que as crianças aprenderiam à maneira de se expressar dignas da alta sociedade. A segunda cogita a possibilidade de que, em decorrência do contexto em que o aluno está inserido, o ensino de uma linguagem mais rebuscada tornaria a aprendizagem dificultosa para ele.

A autora também diz que o Brasil possui dois eixos de linguagens opostos, sendo eles a linguagem formal e as linguagens populares, que cumprem funções diferentes dentro da sociedade. Entretanto, mesmo existindo esses dois polos de comunicação, a sociedade brasileira não é “bidialetal”, pois “o acesso à língua padrão é muito restrito.” (BORTONI, 1995, p. 122).

Por outro lado, quando se trata da linguagem popular encontra-se uma variedade de linguagens sócio comunicativas, que normalmente são ignoradas pela escola. O professor deve mostrar ao seu aluno as diversas variações de linguagens que existem. Dessa forma, possibilita que se adapte aos locais em que possa vir a se inserir. Contudo não se deve interromper o processo de ensino-aprendizagem para que isso ocorra. Esse processo deve ser um ato simultâneo, estabelecendo relações com o meio em que o aluno está inserido com maior frequência (BORTONI, 1995). Também, segundo a autora:

Entendemos que as estratégias intuitivas usadas pelos professores para lidar com a complexa questão da variação lingüística podem contribuir para a implementação de uma pedagogia culturalmente sensível. Os alunos devem sentir-se livres para falar em sala de aula e, independentemente do código que for usado – a variedade ou

variedades não-padrão – qualquer aluno que tome o piso em sala de aula deve ser ratificado como um participante legítimo da interação. (BORTONI, 1995, p. 141).

Segundo Cavalcante (2019) a variação linguística pode ser dividida em quatro categorias: a “variação histórica”; “variação geográfica”; “variação social” e “variação situacional” (CAVALCANTE, 2019, p. 7-11). A variação histórica diz respeito às mudanças que ocorrem com a língua através dos tempos, ou seja, o português que se fala atualmente não é o mesmo que se falava no início da colonização. Entretanto, esse tipo de variação pode acontecer em curtos espaços de tempo, uma diferença de três gerações, por exemplo.

A variação geográfica mostra como a mesma língua pode ser administrada de formas diferentes dentro de uma mesma região, em que há mudanças de vocabulários e sotaques (CAVALCANTE, 2019).

Já a variação social ocorre dentro de um mesmo local, independente de idade. Ela se manifesta em virtude de existirem diferentes classes e grupos sociais. Além das diferenças sociais, essa variação leva em consideração outros aspectos, como a “norma culta, linguagem técnica, modos de falar masculino e feminino e a gíria”. (CAVALCANTE, 2019, p. 9).

Existe ainda a variação situacional, que representa as mudanças que ocorrem no uso da língua pela mesma pessoa, porém, em ocasiões diferentes. Ela pode apresentar as seguintes características: “grau de formalismo, modalidade e sintonia”. (CAVALCANTE, 2019, p. 10 – 11).

Há ainda a variação que Prado (2015) traz como “elemento estrangeiro” ou então “estrangeirismo”, que se refere às palavras utilizadas no contexto brasileiro, que são advindas de outros países, mas que acabam sendo empregadas de maneira natural no cotidiano da população por diversas razões como elementos de propagandas, comidas e também lugares. Sacconi (2010, p. 813) acrescenta que “nossa língua, como todas as línguas modernas, está plena de *estrangeirismos*, por uma série de razões. Rejeitá-los equivale a recusar o mundo moderno.” Desse modo, é possível entender que essa é uma variante presente nos dias atuais em função do mundo globalizado.

Observa-se, portanto, que o pensamento de que exista uma única língua falada e escrita é equivocado, pois não é o que se apresenta no cotidiano das pessoas. “Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas

variedades.” (BRASIL 1998, p. 29). A variação linguística é criada por seres humanos e ocorre o tempo todo, independente de regras e leis (BRASIL, 1998).

É importante que o professor estimule a fala dos alunos, mas, ao mesmo tempo, incentive-o a ampliar seu repertório linguístico, falando sobre as suas diferenças, desenvolvendo o pensamento do estudante para que ele compreenda e repercuta os diversos sentidos colocados à complexidade das variações linguísticas (BORTONI, 1995). Torna-se imperioso também, que o aluno seja autor de textos, apropriando-se de uma escrita estruturada e gramatical e ortograficamente correta.

4 A ESCRITA DE TEXTO ESCOLARES

A escrita de textos escolares precisa permitir que o aluno escreva aquilo que lhe faz sentido e que tenha significado para ele. A escrita pensada desta forma leva em conta não só a autoria, mas também, reflete a identidade do autor.

Neste sentido, segundo Possenti (2012), o “político” nas gramáticas influencia de diversas maneiras a escrita de textos. Há uma valorização da “escrita literária” e uma desvalorização da “escrita não literária, da oralidade, a escrita literária moderna” (POSSENTI, 2012, p. 53). Sobre essa questão Possenti (2012, p.53) afirma:

Uma gramática assim pensada e construída exclui a variação, tanto a oral como a escrita. As variedades regionais são, para ela, regionalismo e merece tratamento tão desprezível quanto os estrangeirismos, elencados entre os vícios de linguagem.

Portanto, a escrita de textos produzidos na escola não traduz o que os alunos pensam, sonham ou desejam sobre os temas sugeridos, pelo contrário, eles refletem uma escrita abstrata e desvinculada da realidade social da qual o aluno pertence. Nesse sentido, a interdiscursividade é substituída por uma gramática normativa cristalizada e engessada.

Ao assumir a ideia de uma escrita real e significativa faz-se necessário considerar o que Possenti (2012) ao parafrasear Fishman (1975), valoriza como elementos essenciais de um texto: “padronização”, “autonomia”, “historicidade”, “vitalidade”. A padronização está relacionada com a escrita das palavras e sua adesão na sociedade, ou seja, é a língua

considerada certa pela alta classe social; a autonomia tem como principal “instrumento” a padronização, pois é dela que surge a independência da língua, quando passa a ser pronunciada pela “unidade nacional”, ou seja, a população de um país; a historicidade leva em conta a origem das palavras e como elas são utilizadas na atualidade, entretanto, pode acarretar um sentimento de “incompetência” por parte dos falantes que não dominam a dita linguagem “certa”; já a vitalidade trabalha com a lógica de que quanto mais pessoas souberem a língua “certa” e maiores forem seus status sociais, mais difundida e duradoura será essa língua (POSSENTI, 2012, p. 55-56)

No entanto, a metodologia aplicada na escola durante o ano letivo na produção textual não favorece ao aluno o estímulo a sua criatividade, e muito menos o seu desenvolvimento cognitivo. Para Geraldi (2012a, p. 64).

Os temas propostos têm se repetido de ano para ano, e o aluno que for suficientemente vivo perceberá isso. Se quiser, poderá guardar redações feitas no sexto ano para novamente entregá-las ao professor do sétimo ano, na época oportuna: no início do ano, o título infalível ‘minhas férias’; em maio, ‘O dia das mães’; em junho, ‘São João’; em setembro, ‘Minha Pátria’ e assim por diante... Tais temas, além de insípidos, são repetidos todos os anos, de tal modo que uma criança de sétimo ano passa a pensar que só se escreve sobre essas ‘coisas’.

Mesmo com essas repetições temáticas os professores ainda precisam lidar com os textos mal escritos e falta de interesse por parte dos alunos ao receberem as devolutivas. Nelas, o docente coloca as suas observações, sugestões e, por consequência, muitas vezes, o aluno descarta suas produções por pensar que não há necessidade de dedicação a essa atividade, pois haverá um único leitor, que é o professor, e que a consequência de sua escrita é uma nota, apenas isso (GERALDI, 2012a).

Para que o aluno não se desestimele Geraldi (2012a) propõe que, em sala de aula, pense-se em destinos diferentes para as produções textuais dos estudantes, como: elaboração de livros, exposições, confecção de jornais para serem distribuídos no âmbito escolar, publicação de textos dos estudantes em jornais de circulação local (desde que o professor se responsabilize por essas publicações); tudo isso para fazer com que se sintam valorizados e deem um destino digno para suas escritas.

Todo texto possui em sua estrutura um interlocutor e o locutor. O interlocutor, que faz parte da estruturação do texto, pode se apresentar de diversas formas: “real ou imaginário, individual ou coletivo, pode estar mais ou menos próximo, muda em cada situação concreta.” (BRITTO, 2012, p. 118 – 119). Cada modelo de interlocutor se apresentará de formas diferentes, de acordo com o gênero textual produzido (BRITTO, 2012).

Sobre esses tipos de interlocução, Britto (2012, p.119) frisa:

Mesmo dentro da escrita podem-se identificar diferentes tipos de interlocutor: ele pode ser preciso, definido, como numa carta, numa petição; pode ser genérico ou um determinado segmento social, como num jornal; pode ser virtual, como na ficção literária.

Britto (2012) ao citar Possenti (1981), afirma que o locutor ao proferir as palavras do discurso representa o interlocutor, ou seja, a pessoa que faz parte do texto. Ao escrever, o aluno pode utilizar de palavras que não fazem parte de seu vocabulário usual com objetivo de se colocar de forma mais “adequada” diante dos ouvintes, levando em consideração que o locutor expõe as ideias do interlocutor. Isso pode acontecer, na maioria dos casos, para ascensão social ou acréscimo de status. Quando essa escrita é feita de forma padrão, esse objetivo se torna bem mais possível e solidificado por mostrar aos demais membros daquela classe social que o interlocutor está apto para pertencer a ela (BRITTO, 2012).

Para Marcuschi (2008), existem sete elementos que devem ser levados em consideração diante da elaboração de um texto: coesão, coerência, intencionalidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade. A coesão diz respeito a como o texto está organizado e estruturado conforme a sua sequência, ou seja, esse ponto da produção textual leva em consideração a lógica que o autor coloca em sua produção. Coerência difere-se de coesão, pois foca na organização do texto a partir do sentido que o autor emprega em sua construção. O objetivo é manter o sentido durante todo o texto, a coerência fundamenta o texto e leva em consideração o domínio da escrita por parte do autor (MARCUSCHI, 2008).

A intencionalidade tem enfoque, de modo geral, no autor, com que intenção ele escreve. Entretanto, muitas vezes o leitor também procura um determinado texto com alguma intenção; deste modo ele pode encontrar um objetivo diferente do proposto pelo escritor dentro de um mesmo texto. Já a situacionalidade se dá dentro de um contexto, através do

sentido a que se propõe a escrita, ou seja, toda escrita fundada dentro de um contexto é situacionalizada (MARCUSCHI, 2008).

A intertextualidade é um parâmetro da escrita de texto que existe perante ao fato de que, segundo o autor, todo texto construído possui por base/referência outro texto; dessa maneira todos os textos têm relações entre si, seja por meio de gênero ou tipo (MARCUSCHI, 2008).

E, por último, temos a informatividade. Nesse critério analisa-se o conteúdo, aquilo que o autor quer expressar. Marcuschi (2008, p. 132) acrescenta que “ninguém produz um texto para não dizer absolutamente nada.” Fala a respeito dos questionamentos feitos pelo leitor perante aos escritos do autor, diante das informações do texto lido. Também, segundo Marcuschi (2008, p. 132): “a rigor, a informatividade diz respeito ao grau de expectativa ou falta de expectativa, de conhecimento ou desconhecimento e mesmo incerteza do texto oferecido.”

É através do “direito a palavras” que será possível dar voz às pessoas, para que possam contar suas histórias. Esse direito também pode ser garantido por meio da escrita. Essa atitude deve ser implementada e mantida durante todo o processo de escolarização (Geraldi, 2012b, p. 131).

5 METODOLOGIA

A seguinte pesquisa se deu em duas etapas, sendo elas: um estudo teórico e uma pesquisa de campo. A primeira tem por objetivo fundamentar, de maneira científica, questões que cercam o tema principal da pesquisa. Já a segunda etapa tem enfoque na análise de textos de uma turma de 4º ano do ensino fundamental de um município da Região Sul Catarinense, e possui uma abordagem qualitativa e descritiva.

Foi utilizada para o estudo dos dados coletados a análise de campo e documental constituindo-se de treze textos produzidos pelos alunos de maneira individual durante o horário de aula, na presença da professora titular e sua auxiliar. A turma é composta por treze alunos, sete meninas e seis meninos de nove a onze anos. Dentre as crianças estão presentes

duas que necessitam de auxílio no processo de aprendizagem, acompanhadas pela auxiliar da turma.

O processo de coleta de dados deu-se no período matutino, com todas as crianças presentes. Foi apresentada a elas uma biografia que narrava um pouco sobre a vida e obras do cartunista Maurício de Sousa.

A escolha desse autor ocorreu em função do conhecimento prévio dos estudantes acerca de suas obras publicadas. O gênero literário escolhido pela pesquisadora para a proposta de produção textual foi a autobiografia, acreditando-se haver maior facilidade por parte dos estudantes, tendo em vista que poderiam possuir maiores informações sobre o tema, levando em conta que foi solicitado que escrevessem sobre suas próprias vidas, aquilo que gostavam, com quem moravam em um número mínimo de dez linhas.

6 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

No decorrer desta análise serão utilizados como apoio científico Cavalcante (2019, p. 7 - 11) que trata sobre a existência de quatro tipos de variação linguística: “histórica”, “geográfica”, “social” e “situacional” e Bagno (2005), trazendo como eixos principais sobre as linguagens empregadas no cotidiano os termos “língua padrão” e “não padrão”, e também “linguagem formal” e “não-formal”, que englobam todas as variantes presentes no contexto nacional.

A variante situacional que, segundo Cavalcante (2019) leva em consideração o local onde o escritor está inserido, deve ser valorizada pois, os textos foram elaborados pelos alunos durante as aulas em ambiente escolar, esse âmbito pode contribuir para que a linguagem padrão se manifeste durante o processo de escrita.

Nos textos elaborados pelas crianças fica evidente o uso da linguagem oral na escrita, como no texto três “[...] **mi escolheu** [...]”, “[...] **não tava** [...]”, “[...] **so dueu** [...]” ou então no texto sete “[...] eu como **di** tudo [...]”, “[...] meu sonho **é vê** um tubarão [...]”. Esse tipo de variação é comumente utilizado em textos escolares, pois leva em consideração o modo de comunicação das crianças. Segundo Bagno (2005), essa variante também pode ser chamada de linguagem não-padrão, onde o aluno estabelece sua fala e escrita de maneira

imprópria para escola. Essa abordagem se defronta com a linguagem padrão utilizada pela elite social.

É interessante dar destaque para as variações históricas e geográficas, pois apesar do passar dos anos há ainda alguns termos que permanecem presentes na oralidade e escrita das crianças, como no texto doze, em que se faz presente a expressão **“nono”**. Esta é uma expressão geográfica trazida ao Brasil pelos imigrantes italianos, que se fixaram na região sul catarinense. Todavia, também é uma expressão histórica, pois mesmo com o passar do tempo permanece arraigada no vocabulário local. Outro exemplo de expressão geográfica é o uso do termo **“penal”** no texto oito. Estas variantes se tornam relevantes para esta análise, pois os termos aqui mencionados salientaram-se como um diferencial neste processo, trazendo consigo uma historicidade e cultura, que pelo que se percebe no contexto social, estão sendo deixadas de lado em algumas regiões pelos descendentes de imigrantes italianos.

Outro ponto interessante que surgiu no processo de análise das autobiografias foi em relação à transição que ocorre na escrita das crianças da linguagem não padrão para padrão. Ou seja, percebe-se a intenção de que a criança tenta usar a forma padrão para se expressar, porém ainda utiliza muito a forma não padrão, deixando claro que a linguagem formal ainda está em construção, como se verifica no texto um: “[...] e eu amo matemática e **as minhas aulas favorita** do mundo [...]”, ou então como no texto onze “[...] o nome **dos meus melhores amigos é [...]**”. Lembrar-se-á que os alunos que produziram tais textos estão inseridas em contexto escolar e, para Geraldi (2012b), existe a aceitabilidade da hipótese de as aulas de língua portuguesa servirem para estabelecer no vocabulário oral e escrito das crianças os conceitos e regras da norma padrão de linguagem, havendo assim um longo trajeto para que esse objetivo seja alcançado. Entretanto,

é abrindo-lhe o espaço fechado da escola para que nele ele possa dizer a sua palavra, o seu mundo, que mais facilmente se poderá percorrer o caminho, não pela destruição de sua linguagem, a seu falante e ao seu mundo, consciente de que também aqui, na linguagem, se revelam as diferentes classes sociais. (GERALDI, 2012b, p. 130)

Outro ponto que apareceu em um texto foi a grafia de palavras como **“muito top”** e **“bjs”**, advindos da variação social e da linguagem tecnológica que em muitas palavras

exclui as vogais, tornando-as abreviadas. Segundo Cavalcante (2019) essa variação diz respeito a como cada grupo estabelece sua linguagem em decorrência do contexto social em que está inserido, deste modo é uma forma singular de expressão.

Outro ponto marcante durante a análise desses textos foi o uso dos verbos no infinitivo, sem o uso da letra “r” em sua finalização. Isso ocorre quando, ao pronunciar verbos como brincar ou jogar há a exclusão da letra final e esse movimento repete-se na escrita dessas mesmas palavras, pois a oralidade é algo muito marcante nos textos analisados. Também estão presentes nos textos sete e dez as palavras “tipo” e “ai”. Essas palavras encaixam-se na variação social e etária, sendo gírias empregadas na oralidade e transcritas de maneira natural pelos alunos.

Durante a observação também ficou clara a presença de vocábulos do idioma inglês na realidade dessas crianças por meio de jogos eletrônicos e lanchonetes de comidas rápidas, os conhecidos *fast foods*. Essas palavras surgiram no texto onze: “[...] *free fire* [...]” que, traduzindo para o português com auxílio do aplicativo google tradutor, significa “fogo livre” e, no texto dois, “[...] maqui [...]”, referindo-se a rede de lojas *Mc Donalds*. Atualmente, essas palavras estrangeiras estão cada vez mais presentes no cotidiano da população brasileira, fazendo parte também da oralidade.

A autora Prado (2015) parafraseando os autores Bacher (2009) e Abreu (2003), conceitua neologismo, como sendo as palavras que surgem visando sanar a necessidade de uma sociedade que se apresenta em constante modificação. Desse modo fica compreensível o fato dessas palavras aparecerem com frequência nas escritas e falas dos estudantes. Buscam-se estabelecer relações dessas palavras estrangeiras com vocábulos em português, o que chamamos de tradução; todavia, há verbetes estrangeiros que são introduzidos no cotidiano brasileiro que não possuem tradução, nesses casos faz-se necessário a escrita correta dessas palavras. Essa falta de compreensão da grafia fica evidente na palavra retirada do texto um analisado.

Nos textos desenvolvidos pelas crianças, de um modo geral é marcante a dificuldade de escrita que algumas destas apresentam, observado a partir da falta de estabelecimento de coesão e coerência nas ideias transcritas por meio do gênero autobiografia.

Marcushi (2008) diz que a coesão e a coerência estabelecem o sentido lógico do texto por meio da organização do corpo e das ideias estabelecidas na escrita.

Uma das solicitações aos alunos foi o desenvolvimento da escrita em, no mínimo, dez linhas. Entretanto, relataram não ter o que escrever, dessa forma a pesquisadora deu algumas ideias, como lugares que gostam de ir, com quem gostam de sair, quem são os amigos e outros.

Neste contexto, os textos analisados mostram o processo de evolução dos alunos em relação ao estabelecimento do raciocínio, que um texto escolar necessita para ser elaborado. Outrossim, as ausências dos sinais de pontuação de modo geral evidenciam a falta de uma prática de leitura e escrita significativas no cotidiano das aulas, dificultando assim, o a compreensão adequada dos textos.

As escritas apresentavam a característica de intencionalidade onde os alunos expuseram questões particulares, muitas vezes deixadas de lado por si próprias, as quais encontram na sua escrita, um abrigo para se fazerem ouvidas.

A intertextualidade se faz presente de modo frequente nos textos. Nesse contexto, o movimento de apresentar a biografia do cartunista Mauricio de Sousa, proporcionou aos ouvintes, um suporte para seus processos de escrita, havendo assim relações com a leitura original, englobando os textos produzidos dentro de um gênero textual, sendo essa uma característica que Marcushi (2008) traz como sendo importante dentro do conceito de intertextualidade.

É importante que os docentes estimulem seus alunos para que a leitura se torne um hábito no processo de desenvolvimento da linguagem, lembrando sempre que não devem negligenciar as diversas linguagens utilizadas por seus alunos, mas é dever da escola introduzir neles a linguagem formal para que tenham possibilidade de se fazer entender em lugares de maior prestígio social, que exigem a linguagem padrão no processo de comunicação.

7 CONCLUSÃO

Com os estudos presentes neste artigo, é possível perceber como a língua portuguesa se modificou com o passar dos anos, e como o ser humano está susceptível a essas mudanças. Entretanto, há vocábulos que permanecem intocados como aqueles introduzidos pelos colonizadores italianos, desta maneira a variação histórica e geográfica se fazem presentes neste contexto, porém de modo menos expressivo.

Através das análises documentais é possível perceber como a oralidade está presente de forma marcante nas produções escritas dos alunos. Entende-se que o aluno dos anos iniciais do ensino fundamental está em processo de desenvolvimento em diversos aspectos e um deles é a ampliação de vocabulário. Essa ampliação se dá através do convívio social e também o hábito de leitura e fica evidente a falta deste quando há a dificuldade na escrita de palavras simples e de uso corriqueiro.

Outro ponto marcante se dá através do alastramento de palavras estrangeiras no dia a dia da população. Este é um ponto tão difundido que se reflete nas produções textuais dos alunos, todavia suas grafias aparecem de maneira equivocada, o que sinaliza a falta de apropriação adequada da escrita dessas palavras.

O que fica nítido através das análises textuais é que todas as variações linguísticas presentes dentro do contexto brasileiro se manifestam na oralidade e na escrita dos alunos. Entretanto, a norma padrão tem se apresentado de maneira mais singela no âmbito educacional, no qual, de modo geral, deveria ser a linguagem de maior evidência. Esse retrato leva em consideração todas as influências externas pelas quais as crianças estão expostas, é fica notória a dificuldade em determinar onde cada linguagem deve ser utilizada e qual a sua melhor forma.

É fundamental esclarecer que os alunos de 4º ano estão em processo de ampliação e desenvolvimento de suas capacidades intelectuais. As linguagens utilizadas, a estruturação, clareza de ideias, emprego dos elementos que constituem um texto como os sinais de pontuação, também estão sendo aprimorados. Nesse caso, os discentes devem ser estimulados e sempre apresentados a esses elementos por meio da leitura e de produções textuais, sendo

elas subsidiadas por uma intervenção explicativa por parte do professor que está presente no processo de ensino-aprendizagem como mediador do conhecimento.

A questão norteadora deste trabalho era: “quais as variações linguísticas encontradas nos textos escolares?” A partir dos estudos é possível relatar que a variação linguística não é eliminada durante o processo de escolarização do ser humano, ela apenas se modifica de acordo com o ambiente em que se está inserido. Não existe uma forma de falar que seja correta, o que existem são várias linguagens que se adaptam ao contexto. Então não há mais nem menos, a utilização das variações linguísticas em textos escolares, dependerá do contexto, grupo e cultura social que o sujeito pertence.

8 REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística: In BAGNO, Marcos et al. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. 4. ed. São Paulo. Parábola Editorial, 2002. p. 13 – 83

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**: 37. ed. São Paulo. Edições Loyola, 2005. 186 p.

BORTONI, Stella Maris. Variações lingüísticas e atividades de letramento em sala de aula. In: KLEIMAN, Angela B. (org.). **Significados do letramento**. Campinas. SP: Mercado de Letras, 1995. p. 119 – 160

CAVALCANTE, Ilane Ferreira **Lingua Portuguesa: Variação linguística**. Curso técnico em segurança do trabalho. Brasília. Mec, 2019. p. 1-16. Disponível em: http://redeotec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/tec_seguranca/portugues/061112_ling_port_a03.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. **Working Papers em Lingüística**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 73-91, 26 fev. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.2009v10n1p73>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/indx.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2009v10n1p73/120022>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. nº 2, de 1998. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 12. Mai. 2019.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In: GERALDI, João Wanderley (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo. Anglo, 2012. p. 117 – 126.

GERALDI, João Wanderley. Unidades básicas do ensino de português: In: GERALDI, João Wanderley (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo. Anglo, 2012a. p. 59 – 79.

GERALDI, João Wanderley. Escrita, uso da escrita e avaliação. In: GERALDI, João Wanderley (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo. Anglo, 2012b. p. 127 – 131.

MAIOR, Armando Souto. **História do Brasil: para o curso colegial**. 4. ed. São Paulo: Campanha Editorial Nacional, 1967. p. 167 – 169.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296 p.

MARIANI, Bethania. **Colonização Lingüística**. Campina, SP. Pontes: 2004. 187 p.

POSSENTI, Sírio. Sobre o ensino de português na escola. GERALDI, João Wanderley (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo. Anglo, 2012. p. 32 – 38.

PRADO, Natália Cristine. Estrangeirismos. In: PRADO, Natália Cristine. **O uso do inglês em contexto comercial no Brasil e em Portugal**. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2015. p. 27-70. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rxwst/pdf/prado-9788579836541.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

SACONI, Luiz Antônio. **Grande dicionário Sacconi: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico**. São Paulo. Nova Geração, 2010. 2087 p.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: Variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 157 p.

TYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Paris. Martins Fontes, 1982. Tradução de Celso Cunha. 95 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/158086/mod_resource/content/1/TEYSSIER_%20HistoriaDaLinguaPortuguesa.pdf. Acesso em: 25, mar. 2019.